

# Engenho d'Água: Uma Casa de Tradição Bandeirista em Indaiatuba, Estado de São Paulo\*

CELSO LAGO PAIVA

Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT/ CMU/ Unicamp). ICOMOS Brasil.  
Pesquisador de História da Técnica Construtiva e de História da Técnica Agrícola

São escassas as construções rurais relacionadas ao ciclo paulista do açúcar (segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX; PETRONE, 1968) conservadas atualmente. Devido a essa exigüidade de testemunhos construtivos, toda edificação sobrevivente do período deve ser objeto de estudo e de conservação.

Pesquisando remanescentes de construções coloniais desse período, fui informado a 6 de setembro de 1995 por Nilson Cardoso de Carvalho, historiador de Indaiatuba (Estado de São Paulo, Brasil), de que na periferia dessa cidade sobrevivia uma construção rural de taipa-de-pilão, que teria sido a sede da Fazenda Engenho d'Água, produtora de café no século XIX. Esse pesquisador havia recebido do Eng. Salvador Canton Garcia a impressão de ser essa construção muito antiga e merecedora de pesquisas.

Procedi entre setembro de 1995 e julho de 1997 (44 horas de campo) à análise da edificação (Figuras 1 a 3), de propriedade da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e em excelente estado de conservação (PAIVA, 1996:32-3; 1996; 1997; prelo). O levantamento de suas características construtivas e implantação levou-me a concluir

*ser a construção uma legítima "casa de tradição bandeirista", conforme definiu Katinsky (1972, 1976).*

## Casas de tradição bandeirista

A expressão "casa bandeirista" foi utilizada por Luís Saia (1955) e por Katinsky (1972) para indicar certas casas de morada rurais erguidas em taipa-de-pilão nos séculos XVII e XVIII no Estado de São Paulo.

Construções equivalentes mais modernas, ainda setecentistas, receberam a denominação "casas de tradição bandeirista" (KATINSKY, 1972). Destaca-se a semelhança formal dessas edificações com outras existentes no norte de Portugal (VASCONCELLOS, 1968:105-6; GALHANO, 1992:205-17, 62-5, fotos 177-94; LEMOS, 1974; 1984:43; 1993), Colômbia, Equador e Venezuela (SAIA, 1955:11; AMARAL, 1981).

\* Contribuição N. 2, Programa de Publicações, Grupo de Estudos de História da Técnica, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas (PP/ GEHT/ CMU/ UNICAMP).



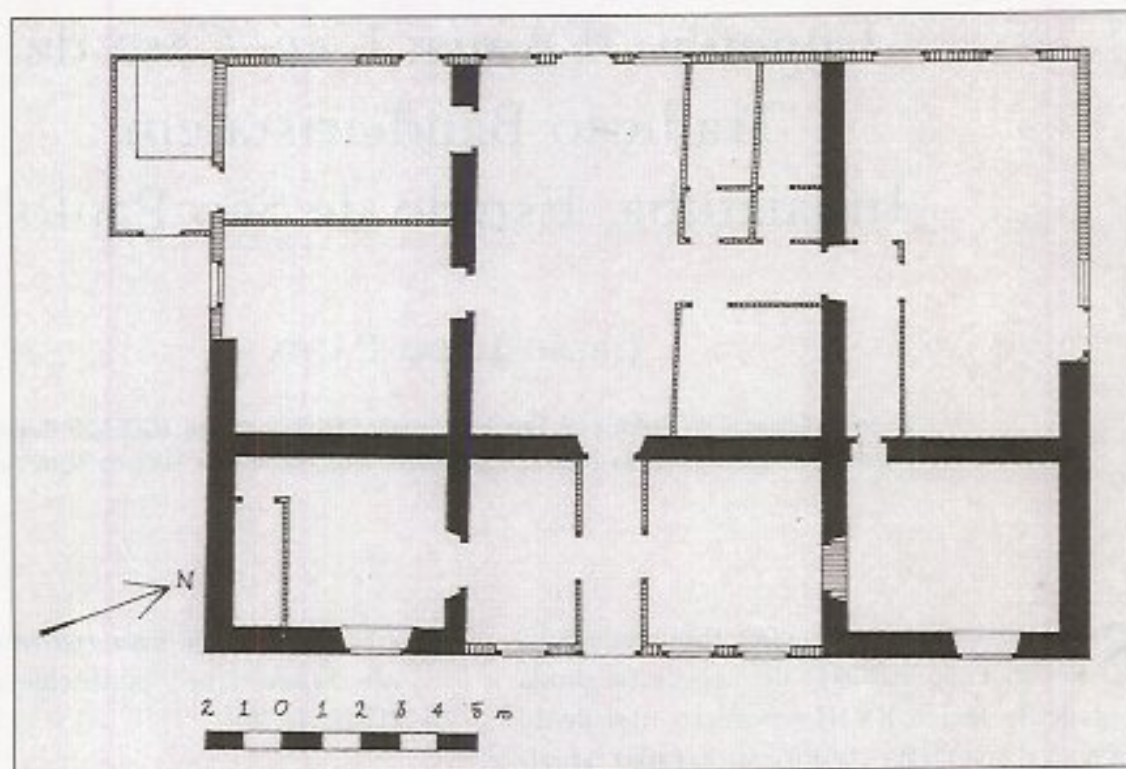


Figura 1 – Planta-baixa da sede da antiga Fazenda Engenho d'Água, out. 1995/ mar. 1996. As paredes em preto são de taipa de pilão e as demais de tijolos. Note-se a ligeira assimetria da planta e, na faixa fronteiria, a área do pretório primitivo obturado com parede de tijolos. Desenhado pelo autor, set. 1995/ dez. 1997.

As edificações pertinentes localizam-se no território das vilas setecentistas de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Sorocaba e Itu, nos atuais municípios de São Paulo, Itaquaquecetuba, Embu, Cotia, São Roque, Sorocaba, Mairinque, Tietê e Itu<sup>1</sup>. Construções com programa equivalente, embora não necessariamente tão antigas, foram encontradas em São Paulo e Minas Gerais<sup>2</sup>, Goiás (SAINT-HILAIRE, 1975:21; LEMOS, 1974:42-6) e Rio de Janeiro (CARDOSO, 1943. LEMOS, 1974; FERREZ, 1981:70).

1. SAIA, 1955; 1972. KATINSKY, 1972 E 1976; MARTINS, 1978; ITAQUAQUECETUBA, 1980; AMARAL, 1981; SECRETARIA, 1984.

2. SAINT-HILAIRE, 1975:237; BURMEISTER, 1980:295; SAIA, 1972; VASCONCELLOS, 1956:192-5, 265-6; 1968; COSTA FILHO, 1963, prancha entre p. 240 e p. 241;

MENEZES, 1969, figuras 34 a 66; LEMOS, 1974; OLIVEIRA, 1980:50-1; CARRAZONI, 1987:191, 231-2; LORETTE, 1995:5.

Os textos relativos às casas mencionadas por Saint-Hilaire são: "La maison du registro... est assez grande et n'a qu'un étage; elle se compose, à la manière brésilienne, d'un bâtiment principal et de deux ailes fort courtes, entre lesquelles est une sorte de galerie (varanda), que couvre le toit prolongé du corps de logis." (casa de registro na divisa de Minas Gerais e Goiás; 1848:2); "A casa... tinha uma espécie de corpo principal estreito, compreendido entre duas alas. Um único telhado cobria as três partes do edifício, e a frente... Esse modo de construção, muito usado nos arredores do Rio de Janeiro, proporciona, na frente da casa, uma peça aberta... abrigado ao mesmo tempo da chuva e do sol. Essas peças tem o nome de varanda (galeria), como todas as que são abertas e protegidas por um teto." (fazenda na região de Minas Novas, no norte do Estado); "a casa... Tinha apenas um pavimento, com uma ampla varanda na frente, que terminava num dos lados por uma bonita capela, e no outro, por um salão" (na cidade de São Paulo; 1976:149)

Burmeister descreveu brevemente certa edificação observada em 1850 na região de Ouro Branco: "A casa, construída à moda antiga, tinha um quarto em cada canto e uma grande varanda". BURMEISTER, 1980:295.





Figura 2 – Foto das fachadas sudeste (principal) e nordeste (lateral esquerda) da sede do Engenho d'Água. As quatro aberturas centrais (três janelas e uma porta) situam-se na parede de tijolos que obturou o pretório original. Nota-se a ausência de cachorros e as edículas recentes. Foto do autor a 15 fev. 1996.

## Características construtivas da sede do Engenho d'Água

A sede da Fazenda Engenho d'Água (Figuras 1 a 3) foi construída sobre plataforma artificial aterrada, mais alta que a inclinação natural da encosta na fachada anterior mas no nível natural na fachada posterior. Compõe-se de duas faixas longitudinais de cômodos, seguindo a cumeeira das duas águas 0,25 m detrás da parede interna de taipa-de-pilão que separa as faixas. A faixa fronteira tem paredes externas de taipa-de-pilão nos cômodos das extremidades da faixa e parede de tijolos fechando externa-

mente o vão entre os cômodos (Figura 1). A porta externa situa-se próxima ao centro dessa parede de tijolos. O cômodo direito conserva porta aparentemente original voltada para o pretório; uma porta rebatida no cômodo esquerdo foi obturada mas permanece identificável sob o reboco. Uma porta recente foi vazada entre o salão posterior e a casa fronteira, no lanço esquerdo.

Consideradas as paredes de tijolos como acréscimos recentes, o cômodo central seria originalmente aberto na fachada em pretório (ou alpendre; Figuras 1 e 2). Não são visíveis indícios de que as colunas do pretório estejam imersas na parede de tijolos, devendo ter sido eliminadas quando da vedação do vão.



Cada cômodo fronteiro é delimitado por duas paredes transversais de taipa-de-pilão que atingem a parede mais posterior da casa; as paredes transversais delimitam três cômodos na faixa traseira: dois laterais, um atrás de cada cômodo fronteiro e um cômodo central, confrontante com o pretório original; os três cômodos traseiros alongam-se, atingindo a parede da fachada posterior. As paredes em taipa têm espessura entre 0,64 e 0,75 m, com o reboço. A metade posterior do comprimento das paredes externas laterais e toda a parede da fachada posterior são erguidas em tijolões. Diversos tabiques internos em tijolos foram acrescentados recentemente à faixa posterior e ao alpendre (Figura 1).

A fachada anterior possui 22,77 m de comprimento e a posterior 22,23 m; a lateral norte possui 15,87 m e a sul, 15,50 m; essas medidas geram planta ligeiramente assimétrica. Os cômodos fronteiros tem 5,40 m de comprimento, restando o vão central original com 9,10 m de comprimento. A altura sob o frechal externo é de 4,00 m e a maior altura sob os caibros, junto à parede interna, é hoje de 6,60 m. A altura da parede da fachada posterior é de apenas 3,42 m. A parede que separa o corredor fronteiro do restante da casa alcança o telhado no cômodo esquerdo e no vão central, mas dista cerca de 1,70 m da cumeeira no cômodo fronteiro direito.

As envasaduras antigas existentes possuem escuros e vergas retas, restando em algumas vergas e peitoris entalhes em que se encaixavam balaústres de seção quadrada, colocados de forma a apontar as arestas para fora e para dentro ("balaustrada colonial", segundo Paiva, 1996:14-5). Em uma janela da fachada posterior restaram os cachimbos nas ombreiras, indicando o provável uso original de gonzos. As janelas foram providas de caixilhos envidraçados. As ombreiras do cômodo fronteiro direito, bastante

antigas, têm a largura de 0,21 m. A porta do cômodo traseiro esquerdo é a única da casa que ainda ostenta as tábuas retas, paralelas à parede, do sobrearco capialçado. As únicas janelas originais são as dos cômodos da faixa fronteira, a que correspondem panos de peito claramente primitivos e engras. Apenas uma janela resta na empena direita, ao nível do rés-do-chão, mas imersa na parede de tijolões, pelo que não deve ser original.

Diversas ombreiras (como a da porta do aposento fronteiro direito e a porta central posterior) mostram marcas de lavra com enxó e perfurações retangulares; essas cavidades (voltadas para cima nas vergas e para os lados nas ombreiras) abrigavam a ponta das fasquias horizontais definidoras das faces das engras originais, hoje compostas em massa; foram eliminados os respectivos alizares dos vértices internos das engras. As demais ombreiras carecem dessas cavidades e apresentam marcas de lavra com serra e seção menor, sendo mais recentes.

O telhado é de inclinação única em cada pano, com beirais. O pano posterior é mais longo que o fronteiro. Restam os cachorros da fachada principal, cravados no frechal interno, mas as extremidades foram cortadas rente à parede externa, na reforma de 1986 em que uma parede de seis fceiras de tijolos foi erguida sobre o frechal externo, alteando o telhado. O revestimento atual é de telhas Plan, achatadas. A cumeeira é de seção quadrada com lados de 0,205 m. Grande parte da armação foi alterada, sendo difícil definir a estrutura original. As terças intermediárias apoiam-se por esteios sobre vigas horizontais toscas apoiadas nos frechais.

As empenas laterais têm a altura de 6,80 m sob a cumeeira exposta (altura máxima do pretório original). As quatro paredes transversais foram erguidas em taipa-de-pilão, mas as empenas que as prolongam até a altura do te-



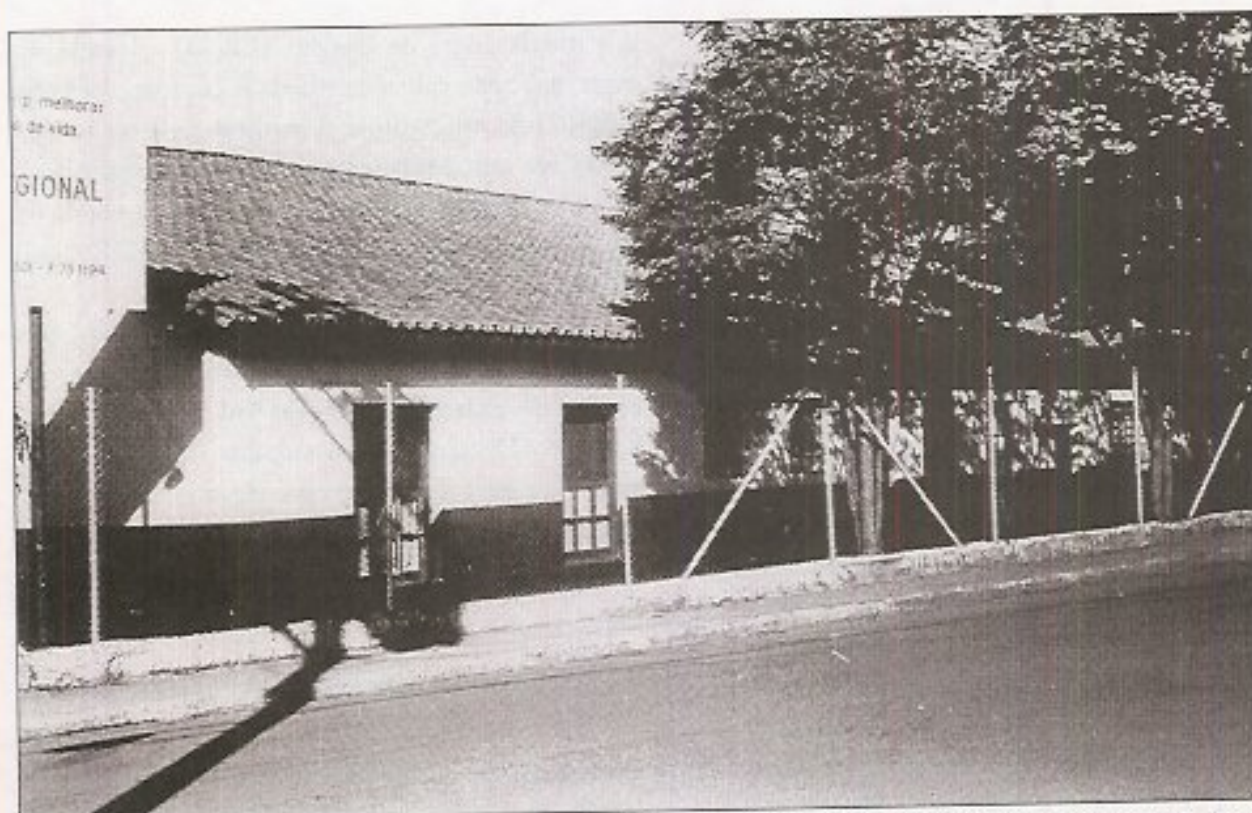


Figura 3 – Foto da fachada nordeste (posterior) da sede do Engenho d'Água. Note-se a implantação próxima à atual rua Zephiro Puccinelli. Foto do autor a 7 jun. 1996.

lhado são de alvenaria de adobes, grandes e um tanto irregulares, em sua maioria baixos e largos, ricos em fibras vegetais, cimentados com barro e grosseiramente aparelhados.

O piso é de ladrilhos (*sensu* GEORGE e outros, 1988:38-47) cerâmicos (0,195 x 0,195 m), típicos dos terreiros imperiais de café, revestido em certos cômodos por laje de cimento e capeado em dois deles por tijolos (0,14 x 0,28 m) sem revestimento.

Em frente à porta externa da fachada principal encontra-se escada com degraus rústicos de granito, aparentando ser de fatura recente, vencendo a altura de um muro de arrimo de pedras, hoje rebocado.

Um anexo na fachada direita e prolongando esta contém antigo forno a lenha de grandes dimensões em alvenaria de tijolos.

## Situação geográfica

Ergue-se a sede do Engenho d'Água na encosta direita da bacia imediata do ribeirão Barnabé (ou Indayatuba, como consta em escritura de 1791). Outros topônimos do ribeirão estão sendo documentados: Vutura, Pau Preto, do Caldeira, Bela Vista, do Bicudo, Engenho d'Água, Balduino. Esse ribeirão corre aí de norte para sul em curso direto com barrancos baixos e bem encaixado deságua a 5 km a sul-sudeste na margem direita do rio Jundiá, afluente da margem direita do Tietê. A declividade média local do leito é de 0,64 % (em trecho de 1570 m). O ribeirão corre nesse trecho entre 560 e 555 m de altitude, estando a casa a 570 m de altitude e a 150 m do leito (Figura 4).



A fachada principal da edificação, voltada para leste-sudeste, olha para o ribeirão e para a encosta oposta. A declividade média da encosta é de 6,5 % e a declividade local de 10,3 %. A dissecação do vale é de cerca de 60 m em ambas as encostas (mapa SF-23-Y-C-II-2-NO-E, 1979, 1:10000, IBGE, foto aérea de 1978).

Os solos locais são dos tipos Podzólico vermelho-amarelo álico, com alta saturação de alumínio, e Podzólico vermelho-amarelo distrófico, com baixa saturação de bases, de textura argilosa, com argilas de atividade baixa, com manchas de Latossol vermelho-amarelo distrófico, de textura argilosa; esses solos são encontrados em áreas recobertas por cerrado (BRASIL, 1983), que deve ser a vegetação original, a julgar por pequenos trechos dessa fisionomia vegetal ainda existentes nas redondezas. São solos de fertilidade média a baixa, com problemas de nutrição vegetal devido à abundância de alumínio e moderadamente resistentes à erosão, indicados para culturas nas áreas mais planas e altas e para pastagens nas encostas.

A sede dista cerca de 23 km por estrada de Itu a sul-sudoeste e 4200 m por caminho antigo (estrada do Buru) da Matriz da Candelária, em Indaiatuba, a nordeste. Uma planta da Faz. Engenho d'Água de 1978 (levantada pelo Eng. Oscar A. Beseggio para a Pref. Mun.; pesq. de Nilson C. Carvalho; Figura 4) parece indicar que um antigo caminho fazia a ligação entre a sede e Indaiatuba, seguindo a margem oposta (esquerda) do ribeirão, denominado Bela Vista; esta deve ter sido a primitiva estrada Indaiatuba-Itu, mencionada no registro das terras da fazenda em 1855 (ver Histórico recente da edificação, a seguir). Essa planta indica a existência de represamento do ribeirão a cerca de 120 m a montante do casarão; esse tanque alimentava ainda neste século moinho de mós localizado cerca de 80 m a jusante da casa (inf. de Romeu Zerbini). Dada a pequena declividade do leito

e a inexistência de quedas d'água, a levada do engenho real, que deu nome à fazenda, deveria originar-se em tanque a montante; essa levada pode ser o mesmo rego que servia o moinho.

O terreiro de café localizava-se a cerca de 50 m a montante na encosta (inf. de Romeu Zerbini).

A casa inseria-se em ambiente rural ainda em 1978; hoje encontra-se envolvida no arruamento do bairro Morada do Sol. Situa-se à Rua Zephiro Puccinelli, em quadra limitada pelas ruas Coronel Julio Pereira Brum, Lino Lui e Carlos Alberto Garcia, com edificações das décadas de 1970 a 1990.

### Histórico recente da edificação

A mais antiga menção à fazenda encontrada é o registro 12 do "Livro de registro de terras da Freguezia de Indaiatuba", lavrado a 18 set. 1855 pelo padre Antonio Cassemiro da Costa Roriz; refere-se a "um sítio nesta Paroquia intitulado Engenho D'água" de propriedade de Francisco de Paula Almeida Prado, confrontando com a estrada da Freguezia para Itu, com Caldeira, Vicente Bernardo, Dona Izabel de Campos e Firmino de Almeida; diversas transações envolvendo propriedades com esse nome são datadas de 1874, 1924, 1951 e 1974 (Arquivo do Estado; pesq. de Nilson C. Carvalho).

O nome de Fazenda J. Balduino explica-se pelo fato de José Balduino do Amaral ter comprado a 24 out. 1874 um sítio denominado *Engenho d'água* de José Manoel da Fonseca e de Fernando Pacheco da Fonseca, por nove contos de réis (Sisas, Coletoria de Itu, Arq. do Estado pesq. de Nilson C. Carvalho).

A casa serviu de moradia, desde o século passado, para membros da família Barnabé. Neste século foi usada como depósito de implementos e insumos agrícolas; foram feitas duas



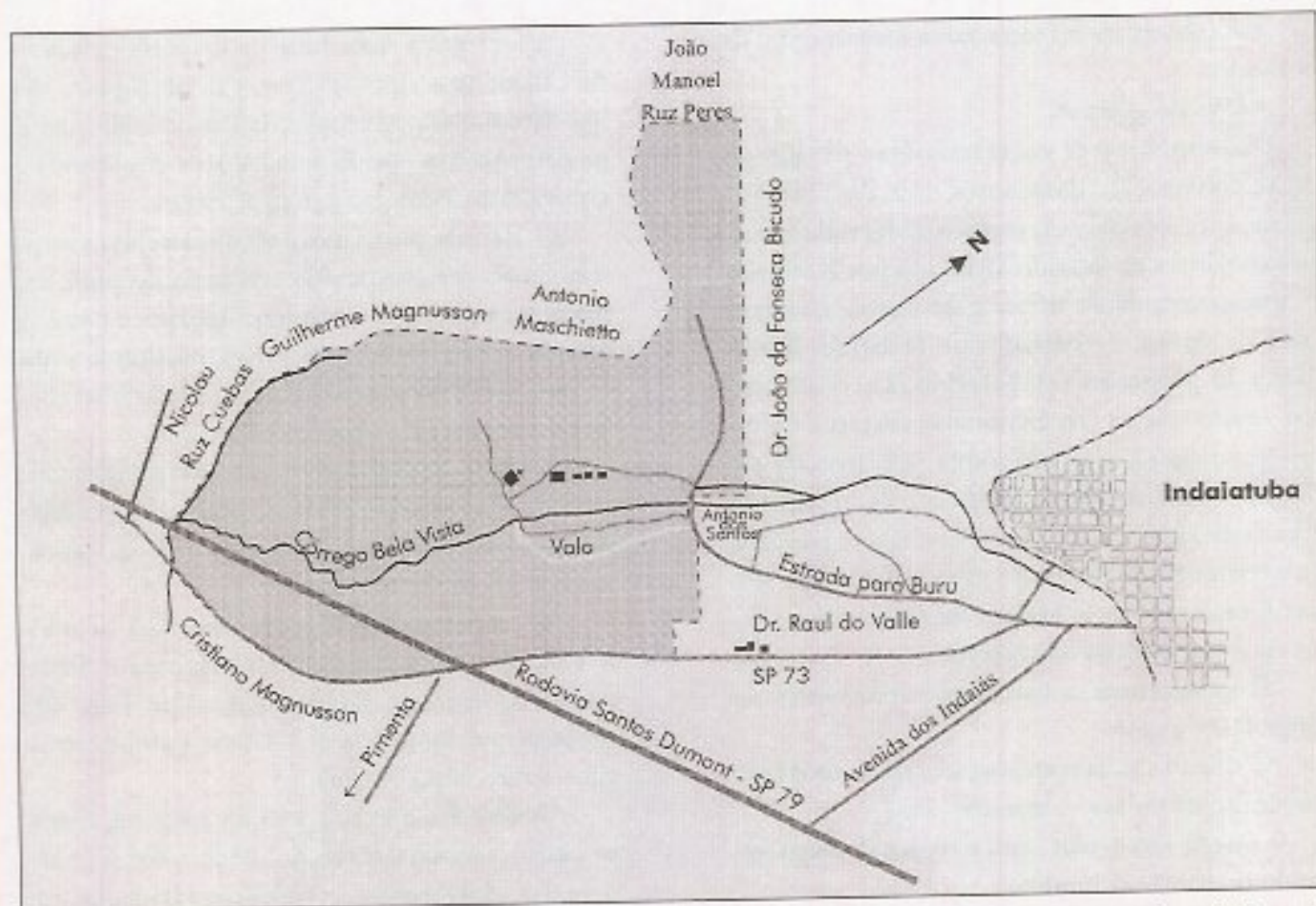


Figura 4 – Fazenda Engenho d'Água em 1978. Desenho reproduzindo os elementos de uma planta de autoria do Eng. Oscar A. Beseggio para a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, datada de 9 nov. 1978. Original no Depto. Jurídico da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Detalhes redesenhados por Nilson C. Carvalho para este trabalho.

reformas pelo poder municipal: uma mais severa para a instalação de escola em 1986, e outra, conservadora, para a instalação da Administração Regional da Morada do Sol. (Marcelo C. Iaralham, com pes.). O edifício do engenho desapareceu, bem como outras benfeitorias da propriedade, com exceção da sede nova, erigida em tijolos e que situa-se a poucos metros da sede antiga, a montante da vertente.

## Discussão

Diversas características construtivas levantadas permitem atribuir com segurança a sede da Fa-

zenda Engenho d'Água ao partido bandeirista, como o denomina Saia (1955; 1972). Katinsky (1972 e 1976) prefere atribuir a designação “casa de tradição bandeirista” aos exemplares tardios de casas bandeiristas, especialmente os ituanos, nos quais os elementos diagnósticos desse partido sofrem alterações que refletem as mudanças econômicas e sociais em direção ao ciclo paulista da produção do açúcar, atividade empresarial inovadora em São Paulo.

A casa de Indaiatuba apresenta como características modernizantes:

- Telhado em duas águas, determinante da planta-baixa fortemente retangular.
- Grande altura sob o frechal fronteiro.



- Ausência da terceira faixa longitudinal de cômodos.

- Uso de gonzos.

No entanto, as características primitivas dessa construção (datada por mim de 1755 +/- 15 anos) fazem dela exemplar conservador, quase bandeirista no sentido atribuído por Katinsky. A feição arcaizante dessa e de outras construções da época na região, que resistiam à mudança do programa estabelecido já nos seiscentos, indica que as circunstâncias sociais e culturais geradoras desse programa prevaleciam em fins dos setecentos, a despeito da revolução econômica por que passou a sociedade paulista, da assistência à atividade mineradora (em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) ao despontar da monocultura açucareira.

São elementos construtivos arcaizantes do Engenho d'Água:

- Faixa fronteira com seus três elementos bem caracterizados (casa - alpendre - casa).

- Planta retangular com paredes de taipa gerando matriz de cômodos.

- Abertura dos cômodos laterais fronteiros para o alpendre.

- Parcimônia de aberturas: uma janela por cômodo.

- Vergas retas, quando o uso já era de vergas em arco abatido nas fachadas principais, como nas casas do Rosário e de Pirapitingüi, em Itu; podem indicar a rarefação de artesãos habilidosos numa frente de colonização.

- Ausência de edículas, de anexos e de rincões.

- Localização em plataforma artificial próxima a curso-d'água.

- Fachada principal voltada para a baixada.

- Construção térrea.

- Ausência de piso assobradado.

Esses elementos parecem indicar programa baseado em modelo mais antigo da região cristalina do Estado, entre Itu, São Roque e São Paulo.

A fachada é mais longa e os cômodos laterais fronteiros maiores que a de qualquer casa bandeirista, com exceção da casa do Sítio Santo Antonio em São Roque. A área construída é equivalente à das casas bandeiristas.

O fato de parte das paredes laterais e posterior não ser construída em taipa-de-pilão representa problema a requerer mais pesquisa. A grande inclinação do terreno a montante indica que não devem ter existido edículas ou anexos do corpo principal da edificação.

A localização das envasaduras originais, incluindo dos possíveis jirais, podem ser reveladas por prospecção, pois devem ter sido obturadas com tijolos ou adobes.

As empenas erguidas em alvenaria de adobes impõem questão de interesse para o historiador da técnica. Sugiro duas hipóteses que expliquem essa mescla de técnicas (adobes apoiados sobre taipa-de-pilão):

A cumeeira não se apoia na empena, e nesse caso a empena serve de mero tabique, para o qual o adobe parece ser técnica adequada, por dispensar nesse caso a gaiola de madeira que normalmente o contém. Essa hipótese suscita objeções sérias: a técnica de alvenaria de adobes era desconhecida ou desprezada em São Paulo até fins dos setecentos (fato discutido por Lemos, 1990); em outras casas de tradição bandeirista com telhado de duas águas as empenas são erguidas em taipa-de-pilão até a cumeeira.

As empenas seriam acréscimos posteriores, talvez ainda do início dos oitocentos, quando o telhado original de quatro águas teria sido reformado para duas águas, exigindo a criação das empenas laterais sobre as paredes de taipa. Na mesma reforma as empenas das duas paredes internas teriam sido erguidas na técnica de alvenaria de adobes sem gaiola. Essa hipótese é reforçada pelo fato da cumeeira ser cortada sobre as paredes transversais internas, podendo ter



sido acrescentados os prolongamentos da cumeeira quando do prolongamento das águas-mestras e conseqüente eliminação das tacaniças.

Lemos (1990) cita e comenta o emprego de adobes "...quem sabe nos frontões e, principalmente, para preencher os vãos e estruturais de obra de carpintaria dos paramentos divisórios de ambientes internos..." em obra oficial na capital paulista em 1791. O emprego da alvenaria de adobes em São Paulo pode ser anterior, pois desde a primeira metade do século XVIII os paulistas empreenderam a volta de Minas Gerais para aproveitar as facilidades garantidas para a produção do açúcar. Nessa época voltou das Minas Antonio Pacheco e Silva, construtor da casa do Rosário, em Itu, onde ainda existe um engenho colonial (KATINSKY, 1972 e 1976). Em Caconde e na região de Franca, em S. Paulo, a colonização mineira data do final dos setecentos (CAMPANHOLE, 1979; CHIACHIRI FILHO, 1986).

Se forem considerados o telhado de quatro águas como caráter primitivo da sede do Engenho d'Água e o vazio sobre as paredes internas, hoje completado com adobes, tem-se para essa construção feição de ortodoxia primitiva, como nas casas do Caxingui e do Butantã.

Engenho d'Água lembra outras casas de tradição bandeirista da região de Itu em planta-baixa (Conceição, Pau-d'Alho, Japão e Taperão); o telhado em duas águas comparece no Pau-d'Alho e Taperão (KATINSKY, 1972). A afinidade maior atual parece ser com a sede do Pau-d'Alho, no município de Itu, pela semelhança de planta, telhado em duas águas e ausência de anexos. Esta sede possui dimensões menores que as do Engenho d'Água.

A sede da Faz. Engenho d'Água amplia um pouco a área de distribuição das casas ditas bandeiristas (*sensu lato*), pois as construções mais próximas desse partido são as do Rosário, a cerca de 17 km por caminho a sul-sudoeste e a sede

da Faz. Japão, a cerca de 15 km a sudeste. As três construções situam-se no território da antiga vila de Itu.

Quanto a seu construtor, nada foi ainda apurado. No entanto, existe a possibilidade de ter sido construída por ascendente de Francisco de Paula Almeida Prado, o mais antigo proprietário provado. Este era fruto do segundo casamento de João de Almeida Prado (filho de Lourenço de Almeida Prado, nascido em 1732), que no primeiro matrimônio com Anna de Almeida Pedroso, filha de João Pedroso de Almeida, teve, entre outros, o primeiro João Tibiriçá Piratininga (pesq. de Nilson C. Carvalho). Segundo Lemos, "a casa chamada chácara do Quinzinho [em Sorocaba]... foi construída na segunda metade do século XVIII por João Pedroso de Almeida, cujo neto João de Almeida Prado (o primeiro Tibiriçá Piratininga) vendeu-a a [Rafael] Tobias [de Aguiar]" (LE MOS, 1974). Diversos detalhes construtivos fazem da casa de Sorocaba uma construção mais moderna (ou mais livre em sua concepção) que o Engenho d'Água.

## O Engenho d'Água no contexto da colonização regional

Foram concedidas sesmarias no século XVIII no território do atual município de Indaiatuba e nas vizinhanças imediatas a Francisco Pacheco Domingues e Ignacio Pacheco da Costa (vizinhos de José de Goes Siqueira; L. 21, f. 12) e a Balduino de Mello Castanho (L. 30, f. 129 v.); as terras da sesmaria concedida a Lourenço Almeida Prado (vizinhas das de seu sogro Antonio Ferraz de Arruda, de Guilherme Vaz Pinto, João Fernandes e de Antonio Pires de Campos) devem situar-se hoje em Indaiatuba (REPERTÓRIO, 1944:168, 88 e 339). Em 1792



Pedro Gonçalves Meyra comprou do Cap. Joaquim Duarte do Rego uma sorte de terras "confinando junto ao Ribeyrão chamado Indayatuba" e vizinhas a terras já pertencentes ao mesmo comprador (Folha de Indaiá, 14 fev. 1953).

A colonização da região de Indaiatuba fez-se sempre a partir da bacia do rio Jundiá, na qual estão a sede municipal e a sede do Engenho d'Água (Marcelo C. Iaralham, com. pes.).

Segundo Nilson C. Carvalho (com. pes.) situaram-se na bacia desse mesmo Jundiá: o aldeamento e fazenda promovido por Antonio Pires de Campos no início do século XVIII em Itaiçi, à margem esquerda do rio Jundiá (TAUNAY, s. d. vol. II:253) (o local depois seria denominado Fazenda Taipas), possível marco inicial da ocupação do território de Indaiatuba; o "Bairro do Jundiá"; referido em registros coloniais; e a antiga sede e engenho da Fazenda do Pau Preto.

Explica-se esse fluxo colonizador pelo fato do rio Jundiá ser pouco encaixado (como seus tributários), próprio para ereção de edificações nas colinas soalheiras e de engenhos junto aos leitos; a baixa declividade da calha poderia permitir o represamento ou facilitar a escavação de valos para alimentar as rodas-d'água dos engenhos e das casas de farinha. Deságua esse rio num ponto do Tietê próximo a Itu, facilitando a penetração. Junto à foz já existia desde o século XVII a capela de Monte Serrat de Itu, núcleo da cidade de Salto. A região servida pelo Jundiá é suavemente ondulada, própria para a cultura da cana-de-açúcar.

Situam-se assim em faixa geograficamente natural: Pau-d'Alho, Rosário, Monte Serrat, Japão, Engenho d'Água, Pau Preto, Indaiatuba e Itaiçi, todos já existentes na Itu dos setecentos. A expansão colonizadora seguia a tendência de deixar os solos podzólicos de Itu, Porto Feliz e Jundiá, que se concretizaria na ocupação dos latossóis férteis de Piracicaba, Campinas e

Mogi-Mirim, onde a lavoura açucareira encontraria seu apogeu.

## Necessidade de pesquisas e de restauração

O solar da Fazenda Engenho d'Água constituiu-se na única construção rural setecentista na região ituana conservada pelo poder público. Entre as casas de tradição bandeirista, apenas a casa do Quinzinho em Sorocaba encontra-se sob domínio público. Esse fato avaliza a sugestão do necessário *tombamento* nos níveis estadual e municipal, recomendável por sua importância na história da técnica construtiva rural, pela retenção de muitas características originais e da grande probabilidade do resgate de feição próxima à original (PAIVA, 1997; Apêndice). Para instrução do processo de restauração são necessários estudos mais profundos de arqueologia construtiva.

Algumas pequenas intervenções são recomendáveis a curto prazo:

- troca das telhas Plan por outras do tipo colonial;
- retirada do forro paulista;
- retirada dos caixilhos envidraçados das janelas e das guias respectivas, bem como das grades de ferro;
- eliminação das instalações modernas, como banheiros, cozinha e anexos. Quando da renovação do entorno essas dependências poderão ser implantadas em construção próxima, de preferência subterrânea;
- eliminação da parede de tijolos erguida sobre o frechal externo na fachada principal;
- reinstalação dos cachorros, possibilitada pelo fato de as bases dos cachorros sobre os frechais terem sobrevivido; conseqüente alargamento do beiral e reinstalação dos contrafeitos;



- eliminação dos tabiques internos e recentes de tijolos e de madeira;

- remoção da vegetação arbórea que veda quase completamente as fachadas posterior e esquerda, impedindo a apreciação da edificação, prolongando o umedecimento da taipa após as chuvas e fornecendo ambiente para nidificação e desenvolvimento do cupim-subterrâneo *Coptotermes havilandii* (Fontes, 1995), altamente prejudicial à taipa e às estruturas de madeira, e de formigas perfuradoras da taipa.

A reforma que eliminou as tacaniças deve datar do início do século passado, a julgar pela técnica empregada. Ainda que as pesquisas indiquem ser original o telhado de quatro águas, o telhado em duas águas deve ser respeitado na restauração por seu interesse para a história das técnicas construtivas, bem como o forno a lenha em seu anexo. A feição original pode ser reconstituída em planta e em maquete.

Como critério orientador da restauração sugiro a manutenção das alterações efetuadas quando a edificação se inseria no contexto produtivo rural.

A área do entorno (toda a quadra urbana) deve ser preservada contra escavações e mais obras interferentes, para salvaguardar o patrimônio arqueológico, permitindo prospecções arqueológicas no futuro.

## Agradecimentos

O autor deseja agradecer às pessoas que possibilitaram a realização das pesquisas, forneceram informações e literatura e revisaram o manuscrito: Nilson Cardoso de Carvalho (Fundação Pró-Memória de Indaiatuba), Engs. Marcelo Caricol Iaralham, Romeu Zerbini e Alvaro Luiz dos Santos (Pref. Mun. de Indaiatuba), Janice Gonçalves (Fundação Pró-Memória de Indaiatuba), Dr. Jonas Soares de Souza (Museu

Republicano "Convenção de Itu", USP, Itu, São Paulo), Dr. Julio Roberto Katinsky (FAU/USP, ICOMOS Brasil), Sonia Ribeiro Martins de Souza e Carlos Eduardo Santos Silva (Faz. Pau-d'Alho, Itu).

## Apêndice

"CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO – RESOLUÇÃO CMP No. 02/97.

O Conselho Municipal de Preservação de Indaiatuba, por decisão unânime dos Conselheiros presentes à reunião extraordinária realizada em 10 de outubro de 1997, no uso das atribuições legais a ele conferidas pela Lei Municipal no. 3.328 de 11 de junho de 1996, e: Considerando que a antiga sede da Fazenda Engenho D'Água, atualmente ocupada pela Administração Regional do Jardim Morada do Sol, vem sendo apontada, por estudos recentes, como a mais antiga edificação remanescente do município, sendo sua construção datada de aproximadamente 1755; Considerando que o referido bem edificado apresenta características arquitetônicas que permitem identificá-lo como de tradição bandeirista, inserindo-o decisivamente no contexto da história da técnica das construções coloniais paulistas; Considerando que o bem edificado apresenta grande interesse para o estudo do povoamento inicial do município, bem como da evolução das técnicas construtivas paulistas. RESOLVE:

Artigo 1º – Abrir processo de tombamento da antiga sede da Fazenda Engenho D'Água, localizada na rua Zephuro Puccinelli, no Bairro Jardim Morada do Sol (Quadra 38/39, Lote s/n), sendo a quadra em questão limitada pelas ruas Coronel Julio Pereira Brum, Lino Lui e Carlos Alberto Garcia.

Artigo 2º – A presente resolução compreende:



– a edificação propriamente dita, construída em meados do século XVIII, com destaque para a disposição espacial de caráter bandeirista dos elementos construtivos, as paredes de taipa-de-pilão, as envazaduras antigas remanescentes e seus acessórios, os pisos de ladrilhos cerâmicos e de tijolões e o forro “paulista”;

– o entorno da edificação, abrangendo toda a quadra em que se encontra, e que apresenta grande potencial arqueológico.

Artigo 3º – Os projetos e as obras que envolverem intervenções físicas nessa área, podendo comprometer ou alterar os elementos protegidos pela presente Resolução, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Preservação, nos termos da Lei no. 3.328 de 11 de junho de 1996.

Artigo 4º – Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Indaiatuba, 13 de outubro de 1997./ Lúcia Steffen, Presidente do Conselho Municipal de Preservação.”

Publicado no Diário Votura (Indaiatuba) de 17 de outubro de 1997.

## Referências bibliográficas

AMARAL, Aracy A. 1981. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Nobel/EDUSP.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. 1983. *Folhas SF.23/24, Rio de Janeiro/Vitória: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL.

BURMEISTER, Hermann. 1980. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Nota bibliográfica de Augusto Meyer. (Reconquista do Brasil, Nova Série, 23).

CAMPANHOLE, Adriano. 1979. *Memória da cidade de Caconde (freguesia antiga de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo)*. São Paulo: s. ed.

CARDOSO, Joaquim. 1943. *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio*. Rev. Serv. Patr. Hist. Art. Nacional (Rev. SPHAN) 1:31-39.

CARRAZONI, Maria Elisa, coord. 1987. *Guia dos bens tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2 ed. (1 ed. 1980).

CHIACHIRI FILHO, José. 1986. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: s. ed.

COSTA FILHO, Miguel. 1963. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.

FERREZ, Gilberto. 1981. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fund. João Moreira Salles/Fund. Nac. Pró-Memória.

FONTES, Luiz Roberto. 1995. “Cupins em áreas urbanas”. in BERTI Filho, Evoneo e FONTES, Luiz Roberto, eds. *Alguns aspectos atuais da biologia e controle de cupins*. Piracicaba: FEALQ.

GEORGE, Frederico; GOMES, António A.; ANTUNES, Alfredo M. Zona 5 (Alentejo). 1988. In: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa. 3 ed., (1 ed. 1961).

ITAQUAQUECETUBA: na zona rural mais uma casa bandeirista. 1980. *SPHAN Pró-Memória* (7):13.

KATINSKY, Júlio Roberto. 1972. *Casas bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. 1976. *Casas bandeiristas*. São Paulo: Instituto de Geografia/ USP.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. 1974. *A casa colonial paulista*. Rev. Inst. Hist. Geogr. Guarujá-Bertioga 5(9):79-116.

\_\_\_\_\_. 1984. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAU/USP. 2 ed. (1 ed., 1969).

\_\_\_\_\_. 1990. As obras do quartel de voluntários de São Paulo, em 1791. *Resgate* 1:83-90.



- \_\_\_\_\_. 1993. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista, Nova Série, História e Cultura Material* 1:95-106.
- LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. 1995. *Fazenda Cachoeira*. O Município (São João da Boa Vista), Suplemento Especial, 24 jun. 1995, 40 p., il.
- MARTINS, Neide Marcondes. 1978. *O partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX - um estudo comparativo*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.
- MENEZES, Ivo Porto de. 1969. *Fazendas mineiras*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1969. (Documentário Arquitetônico 6).
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. 1992. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Portugal de Perto 24).
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. 1980. *Ouro Preto e Mariana*. Rio de Janeiro: Berlendis & Vertecchia. Desenhos por Tom Maia. Legendas por Thereza Regina Maia.
- PAIVA, Celso Lago. 1996a. *História da técnica das construções coloniais em São Paulo*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.
- \_\_\_\_\_. 1996b. Engenho d'Água: uma casa de tradição bandeirista em Indaiatuba. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP* 1(4):5, out./dez.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Relevância cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da antiga sede da Fazenda Engenho-d'Água, Indaiatuba, São Paulo. Parecer técnico*. Interessada: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, representada por seu Presidente Antonio Reginaldo Geiss. Data: 14 abr. 1997. 23 p.
- \_\_\_\_\_. prelo. Construções rurais coloniais no quadrilátero do açúcar, Estado de São Paulo. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Piracicaba* 5(5), no prelo.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. 1968. *A lavoura canieira em São Paulo*. São Paulo: DIFEL. (Corpo e Alma do Brasil 21).
- REPERTÓRIO das sesmarias. 1944. São Paulo: Div. de Arquivo do Estado, 1994. Fac-símile de: *Repertório das sesmarias: concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821*, São Paulo: Secretaria da Educação e Saúde Pública, 1944. organizado pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado.
- SAIA, Luiz. 1944. *Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século*. *Rev. Serv. Patr. Hist. Art. Nacional (Rev. SPHAN)* 8:211-275, 1944.
- \_\_\_\_\_. 1955. *A casa bandeirista (uma interpretação)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1972. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva. (Debates 63).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1848. *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz*. Paris, Arthus Bertrand, Tome second, 349 p.
- \_\_\_\_\_. 1975a. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia/ São Paulo, EDUSP, 378 p., il. Primeira ed. francesa, [1830]. Trad. Vivaldi Moreira. Nota (orelhas) por Edison Moreira. Apresentação por Mário Guimarães Ferri. (Reconquista do Brasil 4).
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975b. 1 ed. francesa, [1830]. Trad. Regina Regis Junqueira. (Reconquista do Brasil 8).
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1976. 1 ed. francesa, 1851. Trad. Regina Regis Junqueira. Nota por João Etienne Filho. Nota introdutória por Mário Guimarães Ferri. (Reconquista do Brasil 18).
- SECRETARIA de Estado dos Negócios Metropolitanos, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento. 1984. *Bens culturais arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo.
- TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, s. d. 2 vol.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. 1956. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. Rio de Janeiro: Inst. Nac. Livro, 1956 (Biblioteca de Divulgação Cultural 6).
- \_\_\_\_\_. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.



...the results of the study...

...the findings of the research...

...the implications of the study...

...the conclusions of the research...

...the significance of the findings...

...the limitations of the study...

...the future directions of research...

...the practical applications of the study...

...the theoretical contributions of the research...

...the methodological strengths of the study...

...the statistical analyses used in the research...

...the data analysis procedures...

...the results of the statistical tests...

...the results of the study...

...the findings of the research...

...the implications of the study...

...the conclusions of the research...

...the significance of the findings...

...the limitations of the study...

...the future directions of research...

...the practical applications of the study...

...the theoretical contributions of the research...

...the methodological strengths of the study...

...the statistical analyses used in the research...

...the data analysis procedures...

...the results of the statistical tests...